

**NOTA PRELIMINAR SOBRE O PROJETO
"EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO"**

Cláudia de Araújo Grillo*

Dentro da política de preservação documental do Estado, proposta e executada pela Coordenadoria de Documentação e Publicações da Secretaria de Estado da Administração, o projeto "Evolução Administrativa do Estado" é um dos instrumentos necessários para a concretização deste propósito.

Sendo assim, sua importância está no conteúdo legislativo que apresentará, tornando-se um registro da memória administrativa de Santa Catarina, e as implicações que isto acarretará, abrindo um leque para pesquisas e conclusões.

Este trabalho vem preencher uma lacuna em termos de estudos e publicações sobre a evolução dos órgãos administrativos, tornando-se uma grande fonte de pesquisa e análise para a sociedade em geral.

Constará de duas etapas: a primeira, apresentando uma divisão cronológica, desde a época colonial até os dias atuais através de organogramas em função dos períodos governamentais; e a segunda, um apêndice com as principais atividades administrativas, os órgãos que essas englobam e as leis que lhe são referentes.

Desta forma ter-se-á um perfil linear da evolução dos órgãos administrativos, bem como um perfil transversal das principais

* Historiógrafa

Especialista em Organização de Arquivos

atividades dos mesmos.

O trabalho objetiva o levantamento e reconstituição da organização político-administrativa catarinense, desde o período colonial até a atual estrutura do Estado, baseando-se na legislação.

Esta pesquisa será de grande relevância no meio da administração pública, meio universitário e outros, pois servirá como fonte de informações para o entendimento da evolução histórico-administrativa dos órgãos estaduais e dos critérios seguidos na estruturação do serviço público.

Pretende-se, com isto, organizar o acervo documental do Arquivo Público do Estado, já que essa documentação provém, na sua maioria, dos organismos oficiais da administração pública. Para tanto é fundamental buscar-se a estrutura que deu origem a essa produção documental, e só assim poder-se-á identificar e classificar os documentos de uma determinada administração. E é este o trabalho que nos propusemos fazer através da sistematização das leis dos diversos períodos.

A metodologia utilizada é a pesquisa em fontes primárias, ou seja, na legislação estadual, bem como a leitura de publicações de caráter histórico e administrativo.

Conforme o anteriormente exposto, a primeira parte do trabalho, constará dos organogramas por períodos, com a respectiva legislação e textos explicativos; e a segunda¹, um apêndice com as principais atividades administrativas e os órgãos que as executaram. Assim, exemplificando, teremos no final do período imperial, segundo o organograma em anexo, que compreende de 1880 a 1889, uma estrutura administrativa simples, com somente as seguintes repartições:

¹ Trabalho executado pelo Técnico em Administração Romualdo B.Ferlin.

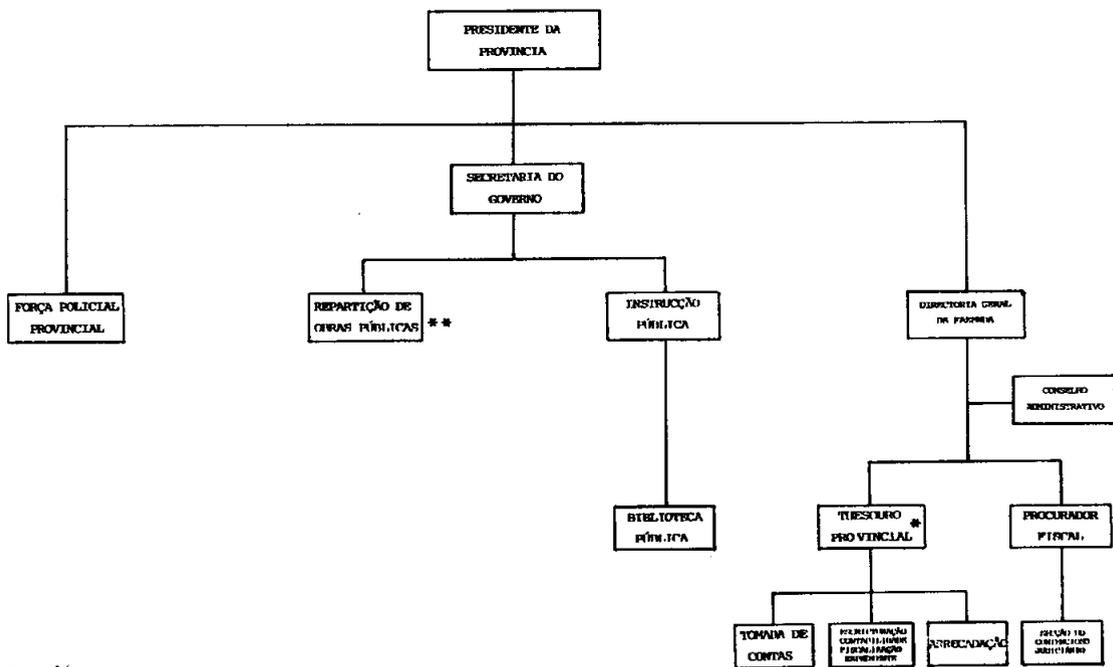
Tesouro Provincial, Repartição de Obras Públicas, Instrução Pública, Força Policial e a Diretoria Geral da Fazenda. Já, no período republicano, a estrutura torna-se mais complexa. Como exemplo, podemos citar os anos de 1930 a 1935², época bastante conturbada pela Revolução de 1930, estando o Estado sob o comando de interventores. Tem-se duas Secretarias: a Secretaria do Interior e Justiça e a Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura ficando, a cada uma delas, subordinados diversos órgãos que em períodos de tempo muito curtos mudam sua denominação ou são extintos, tornando a legislação dessa época muito extensa devido às frequentes mudanças.

Para o conjunto de atividades a serem analisadas, tomamos como exemplo, segundo a tabela em anexo, a Geografia e Cartografia apresentando os anos, os referidos órgãos e a legislação pertinente com as devidas observações. Esta segunda parte do trabalho será de grande valia para observarmos as modificações sofridas por esses organismos públicos durante os vários períodos governamentais a que se submeteram, dando margem a uma análise do ponto de vista administrativo, ou seja, as implicações que acarretaram essas mudanças.

Não pretendemos que esta obra fique num plano descritivo das leis. Preocupamo-nos em apresentar um referencial da ordem jurídico-administrativa, já que a ordem jurídica é o ponto de partida para se definir e fixar a estrutura administrativa de qualquer estado, em qualquer tempo.

² O organograma referente a este período está sendo desenhado, e assim, não pudemos incluí-lo neste artigo.

ORGANOGRAMA



l n° 893/1880
l n° 1.209/1888

ATIVIDADE: GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA (elaboração de mapas, demarcação de limites...)

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			
	ESPÉCIE	Nº	DATA	OBJETO
Serviço de Geografia	Dec.lei	476	16.09.1940	Cria, na Diretoria de Geografia e Terras.
Deptº de Geografia e Geologia	Dec.lei	811	31.07.1943	Cria.
Deptº Estadual de Geografia e Cartografia	Dec.lei	240	14.10.1946	Reorganiza o Deptº de Geografia e Geologia denominando-o...
	Decreto Lei	411 5295	06.06.1975 19.04.1977	Vincula à Sec.de Tecnologia e Meio Ambiente Extingue.
Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA.	Decreto	8208	17.07.1979	Atribui à...competência para fazer mapas, elaborar trabalhos de Geografia e Cartografia, demarcar limites.
Subchefia de Estatística, Geografia e Informática	Decreto	19.525	08.06.1983	Cria, no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral - GAPLAN.
	Decreto	20.054	08.09.1983	Transfere da FATMA para ...as competências fixadas no Decreto 8208/17.07.1979.
Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos	Decreto	1.014	20.11.1987	Cria, na Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento - SEPLAN.
Comissão Especial de Estudos de Limites intermunicipais e interdistritais	Decreto	1.897	29.06.1988	Cria.